

**FRAGMENTOS DE REALIDADE: JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO
AMBIENTAL NAS NARRATIVAS DA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA****FRAGMENTOS DE REALIDAD: JUSTICIA CLIMÁTICA Y RACISMO AMBIENTAL
EN LAS NARRATIVAS DE LA EXTREMA DERECHA BRASILEÑA****FRAGMENTS OF REALITY: CLIMATE JUSTICE AND ENVIRONMENTAL RACISM
IN THE NARRATIVES OF BRAZIL'S FAR RIGHT**

Trissia Maria Fortunato Paes de BARROS¹
e-mail: trissia.barros@estudante.ufscar.br

Como referenciar este artigo:

BARROS, Trissia Maria Fortunato Paes de. Fragmentos de realidade: justiça climática e racismo ambiental nas narrativas de extrema direita brasileira. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. esp. 2, e025021, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp2.20062



| Submetido em: 27/02/2025
| Revisões requeridas em: 01/10/2025
| Aprovado em: 13/10/2025
| Publicado em: 28/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Doutoranda em Sociologia pelo PPGS da UFSCar, com bolsa CAPES.

RESUMO: No Brasil, a ascensão da extrema direita acelerou o desmonte das políticas ambientais, justificado, entre outros, por discursos que negam a crise climática e seus impactos desiguais. Com base na obra de Alfred Schutz, este artigo analisa como tais narrativas configuram uma província finita de significado, sustentada por redes intersubjetivas de validação. A articulação entre neoliberalismo e neoextrativismo revela que a negação das mudanças climáticas transcende o campo discursivo, consolidando-se como estratégia política e econômica que perpetua desigualdades sociais e o racismo ambiental. Ao discutir essas interseções, o estudo evidencia como a desinformação sistemática e a invisibilização das populações vulneráveis dificultam a implementação de políticas climáticas justas e equitativas. Como aporte conceitual, emprega-se também o conceito de choque de realidades do autor para explicar a resistência a tais evidências. Assim, defende-se que a compreensão e o enfrentamento desses discursos são fundamentais para o avanço da justiça climática e a superação das desigualdades históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Climática. Extrema Direita. Alfred Schutz.

RESUMEN: En Brasil, el ascenso de la extrema derecha aceleró el desmantelamiento de las políticas ambientales, justificado, entre otros factores, por discursos que niegan la crisis climática y sus impactos desiguales. Con base en la obra de Alfred Schutz, este artículo analiza cómo tales narrativas configuran una provincia finita de significado sostenida por redes intersubjetivas de validación. La articulación entre neoliberalismo y neoextractivismo muestra que la negación del cambio climático trasciende el plano discursivo y se consolida como estrategia política y económica que perpetúa desigualdades sociales y racismo ambiental. Al examinar estas intersecciones, el estudio evidencia cómo la desinformación sistemática y la invisibilización de poblaciones vulnerables dificultan la implementación de políticas climáticas justas. Como aporte conceptual, se emplea el concepto de choque de realidades para explicar la resistencia a tales evidencias. Así, se sostiene que comprender y enfrentar estos discursos resulta clave para avanzar en la justicia climática y superar desigualdades históricas.

PALABRAS CLAVE: Justicia Climática. Extrema Derecha. Alfred Schutz.

ABSTRACT: In Brazil, the rise of the far right accelerated the dismantling of environmental policies, justified, among other factors, by discourses that deny the climate crisis and its unequal impacts. Based on the work of Alfred Schutz, this article analyzes how such narratives configure a finite province of meaning sustained by intersubjective networks of validation. The articulation between neoliberalism and neo-extractivism shows that the denial of climate change goes beyond the discursive realm and consolidates itself as a political and economic strategy that perpetuates social inequalities and environmental racism. By examining these intersections, the study demonstrates how systematic disinformation and the invisibilization of vulnerable populations hinder the implementation of fair climate policies. As a conceptual contribution, the notion of shock of realities is used to explain resistance to such evidence. Thus, the article argues that understanding and confronting these discourses is key to advancing climate justice and overcoming historical inequalities.

KEYWORDS: Climate Justice. Far-Right. Alfred Schutz.

Introdução

Um dos maiores desafios da contemporaneidade são as mudanças climáticas, que evidenciam os impactos de um modelo de desenvolvimento econômico extrativista responsável por alterar processos ecológicos e aprofundar desigualdades históricas. Seus efeitos, embora globais, atingem de forma desproporcional grupos sociais como comunidades negras, indígenas e periféricas. Essas populações enfrentam as consequências mais severas da crise climática — enchentes, secas prolongadas, incêndios florestais, deslizamentos, contaminação, deslocamentos forçados e insegurança alimentar — e arcam com os custos mais elevados da degradação. Para elas, as mudanças climáticas não são apenas uma questão ambiental, mas um desafio de sobrevivência agravado pela ausência de políticas públicas eficazes que poderiam mitigar seus impactos e melhorar suas condições de vida. Somado a isso, o enfrentamento da emergência ambiental encontra forte resistência em narrativas políticas que negam a crise ecológica e seus impactos assimétricos. A justiça climática emerge, assim, como uma importante lente analítica para compreender as desigualdades e vulnerabilidades socioambientais enraizadas em estruturas econômicas, sociais, políticas e raciais que dificultam soluções justas, inclusivas e sustentáveis (Bullard, 1990, 2004).

No Brasil, os debates sobre justiça climática ganham ainda mais relevância diante da ascensão da extrema direita nos espaços centrais de poder a partir de 2016. Esse avanço político tem sido marcado por um processo sistemático de transformação da política ambiental e dos direitos indígenas, processo definido pela literatura acadêmica como *policy dismantling* ou desmantelamento político. Esse fenômeno caracteriza-se pela revogação das leis e regulamentos, diminuição das capacidades administrativas, redução de recursos orçamentários, supressão de objetivos e de instrumentos de proteção para realinhar políticas públicas anteriores com novas prioridades políticas e ideológicas (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023; Menezes; Barbosa Júnior, 2021).

No recente contexto brasileiro, o desmonte político representou uma inversão dos direitos ambientais e indigenistas que foram progressivamente fortalecidos desde a redemocratização do país na década de 80; um preocupante movimento de retrocesso que subverteu décadas de avanços em governança ambiental e direitos humanos. Portanto, a consolidação desse projeto político de direita tende a comprometer estratégias de mitigação e resiliência climática. Além disso, a retórica da extrema direita brasileira, ultrapassando a esfera institucional, opera como um mecanismo estrutural de reprodução de desigualdades socioambientais. Dentro dessa dinâmica, populações vulneráveis aos riscos são marginalizadas,

enquanto práticas predatórias e excludentes são naturalizadas e legitimadas sob a lógica do imperativo econômico. Por consequência, essas mudanças têm atraído a atenção de pesquisadores no esforço de entenderem a nova direita e a configuração de seu ativismo marcado pela intensa polarização em um contexto de crise ambiental e democrática (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023; Menezes; Barbosa; Barbosa Júnior, 2022; Brown, 2020; Cêpeda, 2018).

Assim, este artigo parte da hipótese de que as narrativas da extrema direita brasileira acerca da crise climática funcionam como modelos interpretativos que constroem uma província finita de significado própria (Schutz, 2018, 2019), sustentada por redes intersubjetivas, que se consolidam como estratégia política que dificultam o questionamento sobre desigualdades sociais e racismo ambiental. Essa construção discursiva orienta a percepção da realidade de grupos sociais. Importantes setores da sociedade brasileira, como o agronegócio, eleitores e militantes alinhados à extrema direita, segmentos religiosos, parte da classe média conservadora, redes de mídia e influenciadores digitais. Nesse sentido, Zhouiri (2022, p. 107) observa que “posições antiambientais e anti-indígenas são constitutivas da história do país, embora sua presença nos espaços de governo se faça notar de maneira programática hoje”. Diante desse cenário, a questão principal que orienta este artigo é: como as narrativas da atual extrema direita brasileira estruturam significados compartilhados que negam a crise climática, deslegitimam a pauta ambiental e os direitos indígenas e, ao mesmo tempo, reforçam desigualdades sociais, fomentam o racismo ambiental e obstaculizam a implementação da justiça climática?

Para responder essa pergunta, às contribuições teóricas de Alfred Schutz, em especial ao seu conceito de múltiplas realidades e de choque de realidades (Schutz, 2019). Situando-se na confluência entre a sociologia compreensiva de Max Weber e a fenomenologia de Edmund Husserl, a análise sociológica de Schutz busca depreender como determinados universos de sentidos são construídos, legitimados e reproduzidos socialmente, orientando a ação social. Sua abordagem, baseada nos processos intersubjetivos que estruturam significados compartilhados, visa evidenciar como as experiências cotidianas são interpretadas e transformadas em padrões de comportamento reconhecidos e aceitos coletivamente. Entretanto, Schutz argumenta que “há tantos tipos inumeráveis de diferentes experiências de choque quanto há diferentes províncias finitas de significado sobre os quais eu posso dar o acento da realidade” (Schutz, 2019, p. 29). Essas províncias estruturam interpretações alternativas da realidade, determinando o que deve ser considerado verdadeiro ou relevante dentro de um contexto na qual operam segundo sistemas de relevância específicos, como os discursos ideológicos, políticos e religiosos.

No âmbito nacional, a extrema direita contemporânea constrói e consolida sua própria província finita de significado sobre a emergência climática, o meio ambiente e os direitos indígenas, retratando-os, em regra, como obstáculos ao progresso, ao desenvolvimento econômico e à soberania do país. Esse horizonte de sentido se distancia da materialidade da degradação e dos impactos ambientais, ao mesmo tempo em que fundamenta políticas públicas de desmonte que exacerbam conflitos sociais e territoriais, favorecem setores da economia do carbono e flexibilizam normas ambientais em prol de interesses específicos de uma elite financeira.

Nesse contexto, a abordagem de Schutz permite compreender a construção dessas narrativas, facilitando sua contestação. Diante de eventos concretos que desafiam suas premissas — os chamados choques de realidade —, as contradições destas tornam-se evidentes, abrindo espaço para disputas de significados e questionamentos sobre a validade dos discursos. Desse modo, o quadro teórico Schutziano propicia uma abordagem singular para compreender em bases fenomenológicas de que maneira as narrativas e os discursos políticos da extrema direita brasileira moldam o senso comum e a percepção pública sobre justiça climática, desigualdades sociais e racismo ambiental no presente vívido — concebido como o instante de experiência imediata e qualitativamente carregada, o qual serve de base para a constituição do mundo da vida, permitindo que a intersubjetividade e os significados compartilhados revelam na dinâmica das relações (Schutz, 2018).

Múltiplas realidades e narrativas políticas: a construção da negação climática pela extrema direita brasileira

Se eu for eleito não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola (Bolsonaro, 3 de abril de 2017).

Eu errei, é nem mais um milímetro (Bolsonaro, 3 de agosto de 2018).

Eu paguei uma missão para ele (Salles): mete a foice em todo mundo (no Ibama). Não quero xiita ocupando esses cargos. Vamos acabar com essa indústria da multa (Bolsonaro, 11 de junho de 2019).

A Amazônia não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia (Bolsonaro, 24 de setembro de 2019).

Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sobrevivência (Bolsonaro, 22 de setembro de 2020).

Não acredito em aquecimento global. Vejam que fui a Roma em maio e estava uma onda de frio enorme. Isso a mídia não noticia (Ex-chanceler Ernesto Araújo, 2 de agosto de 2019).

Se fosse papel higiênico, serviria só para limpar a bunda (Nabhan Garcia, Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, sobre o Acordo de Paris, outubro de 2018) (Brasil [...], 2021, [n. p.]).

No dia 2 de novembro de 2021, o Observatório do Clima divulgou o relatório intitulado *Brasil: 1.000 dias de destruição*, apresentando uma cronologia detalhada — embora não exaustiva — da postura de negação da crise climática pelo governo Bolsonaro (2019-2022), cujos efeitos impactaram os brasileiros e a humanidade. O estudo reúne um conjunto de declarações públicas, entrevistas e medidas oficiais que demonstram o alinhamento político e ideológico de um governo de retrocessos socioambientais. Sua relevância encontra-se na meticulosa compilação de dados discursivos e na maneira como expôs o conflituoso relacionamento entre políticas governamentais da ultradireita, preservação ambiental e direitos humanos fundamentais.

Como consequência, durante esse período, consolidou-se a percepção internacional de que o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro havia se destacado como um dos maiores negacionistas das mudanças climáticas. Essa retórica encontra seus alicerces nos processos de deslegitimação dos mecanismos de proteção do meio ambiente, na desvalorização do conhecimento científico e no desmonte sistemático das instituições de fiscalização ambiental, configurando um grave cenário na política brasileira. A despeito de sucessivos alertas emitidos por pesquisadores e organizações especializadas, sua postura permaneceu ancorada em premissas que minimizam ou negam a crise ambiental, criando condições favoráveis para o avanço do desmatamento, incêndios florestais, grilagem e garimpo ilegal, portanto, do aumento das emissões de gases de efeito estufa e intensificação de conflitos sociais e territoriais. De fato, esses reflexos imediatos repercutiram internacionalmente, comprometendo a imagem do Brasil nas negociações climáticas e representando uma séria ameaça aos direitos historicamente conquistados pelos povos indígenas — essenciais para a proteção e a gestão sustentável dos ecossistemas.

Assim, o relatório do Observatório do Clima (2021), ao sistematizar falas, atos normativos e omissões governamentais, revela como o discurso da extrema direita brasileira e sua tradução em políticas públicas potencializaram retrocessos socioambientais, aprofundaram desigualdades regionais e fomentaram o racismo ambiental. “Brasil: 1.000 dias de destruição” expõe os efeitos concretos e perversos de um projeto político fortemente orientado pelo negacionismo climático, ressaltando a necessidade de uma reflexão crítica sobre o legado deixado nesse período e das implicações futuras de uma agenda política que se fortalece e se

opõe ao consenso científico, ignorando a emergência climática e a importância da transição energética. Essa narrativa, sustentada por argumentos que negam e minimizam a emergência climática, desqualificam as normas de proteção ambiental e os direitos das comunidades indígenas enquanto guardiões de seus territórios, operando como um mecanismo de legitimação para o desmantelamento de políticas ambientais, perpetuando hierarquias, desigualdades históricas e o racismo ambiental.

Sob essa ótica, busca-se demonstrar como esses discursos constituem uma província finita de significado que opera de maneira concreta na formulação de políticas públicas, na mobilização de apoiadores e na consolidação de um cenário de retrocesso socioambiental no país. Ao incorporar a abordagem fenomenológica de Alfred Schutz, o objetivo é compreender de que maneira os processos intersubjetivos e a elaboração de sentidos compartilhados validam e propagam essas narrativas da realidade. Os mecanismos simbólicos exercem papel crucial na manutenção de estruturas de poder que favorecem o desmantelamento ambiental e aprofundam as desigualdades socioambientais. Tal conjuntura articula o esgotamento dos recursos naturais — que atendem aos interesses de determinados grupos políticos e econômicos — com o aniquilamento dos povos indígenas, sendo estes considerados entraves ao projeto de desenvolvimento econômico neoliberal, centrado na exploração de madeira em larga escala, nos incêndios florestais e nos desmatamentos associados às indústrias extrativistas como a mineração, o agronegócio e a exploração petrolífera. Nesse sentido, argumenta-se que a extrema direita brasileira se configura como a antítese dos significados atribuídos aos indígenas e ao ativismo ambientalista. No caso da justiça climática, a extrema direita brasileira altera o estoque de conhecimento, introduzindo interpretações que ora minimizam ora negam as mudanças, seus riscos e seus impactos desiguais.

Em outras palavras, no contexto da crise ecológica, a extrema direita brasileira constrói e consolida uma província finita de significado, na qual a emergência climática e seus efeitos desproporcionais são minimizados e a pauta ambiental e os direitos indígenas são desvalorizados. A ausência de legitimidade compromete a sustentação de direitos, pois estes se constituem como reflexo de um pacto social que justifica determinadas reivindicações e estruturas. Assim, ao invés de reconhecer as mudanças climáticas como um problema global e urgente, para a extrema direita, a realidade cotidiana é organizada para interpretar eventos extremos como fenômenos naturais inevitáveis. Os povos indígenas e ambientalistas, tradicionalmente reconhecidos como agentes de conservação, passam a ser vistos como obstáculos ao progresso e ameaça à soberania nacional. Como consequência, a degradação

ambiental é normalizada, sendo reinterpretada como um custo necessário para o desenvolvimento. De tal sorte que a realidade cotidiana desses grupos sociais não é diretamente baseada na materialidade dos impactos climáticos, mas sim, em um conjunto de significados que é socialmente aceito e reforçado por instituições, lideranças políticas e redes de comunicação.

Por outro lado, a ciência climática opera dentro de uma província finita de significado que se baseia em evidências empíricas, modelos matemáticos e análises de longo prazo. Essa interpretação entra em conflito com a narrativa política e ideológica da extrema direita que reinterpreta a emergência climática a partir de uma lógica econômica e geopolítica específica. Para nosso propósito, podemos pensar que a província de significado negacionista se estrutura a partir de três elementos. A primeira, a reconfiguração dos fatos — a mudança climática não é vista como um problema humano, mas como um processo natural do planeta Terra ou uma manipulação política ideológica dos inimigos. Segunda, a redefinição de inimigos — as ONGs, os ambientalistas e os povos indígenas são apresentados como ameaças ao progresso econômico e algozes da nação. Terceira, a criação de uma nova lógica interna — a degradação ambiental passa a ser legitimada como um efeito colateral necessário para o crescimento do país e redistribuição de riqueza.

De tal sorte que, essa província finita de significado funciona de maneira autônoma em relação à ciência climática, operando dentro de sua própria estrutura discursiva e ignorando a realidade empírica da crise. Para aqueles que aderem a tal interpretação, os dados científicos sobre mudanças climáticas não são propriamente questionados, mas tornam-se irrelevantes por não se encaixarem na lógica interna que orienta suas percepções. Em consonância com Alfred Schutz, esse descompasso gera o que ele chama de choque de realidades (Schutz, 2019), momento em que os indivíduos se dão conta da incompatibilidade entre os discursos e a materialidade da crise climática no presente vívido que impacta a vida cotidiana, evidenciando a urgência de uma rearticulação das relações entre o ser humano e o planeta. Em face dos desafios climáticos, esse choque se manifesta quando eventos extremos — tais como secas prolongadas, alterações no clima, enchentes, deslizamentos e incêndios florestais — contradizem a narrativa da extrema direita, segundo a qual o aquecimento global seria irrelevante ou mesmo inexistente.

Diante desse confronto de realidade, delineiam-se dois cenários. No primeiro, ocorre uma adaptação narrativa, em que a província de significado negacionista reinterpreta os eventos climáticos para evitar o colapso de sua lógica interna. Essa reinterpretação pode consistir na

criação de novas justificativas para atribuir desastres ambientais a ciclos naturais ou a falhas de governos progressistas. No segundo cenário, há a possibilidade do abandono da província negacionista. Indivíduos que vivenciam diretamente os impactos da crise climática começam a questionar e a rejeitar a narrativa dominante, aproximando-se de uma província de significado distinto, como a visão científica sobre as mudanças climáticas. Para evitar esse possível deslocamento, a extrema direita empenha-se em preservar a coerência interna de sua província, reinterpretando fatos e evidências que possam contradizer sua narrativa e assegurando que estes permaneçam alinhados à sua lógica para serem sustentados coletivamente. Afinal, somente quando há adesão e compartilhamento desses discursos — mesmo diante de provas empíricas contrárias — mantém-se a coesão interna necessária.

Assim, a extrema direita brasileira mobiliza uma estrutura discursiva de maneira estratégica, criando uma conexão entre identidade nacional, desenvolvimento econômico e resistência a supostas interferências externas. O ambientalismo — especialmente aquele associado a pautas indígenas e climáticas — é frequentemente enquadrado como uma agenda globalista promovida por atores estrangeiros ou por uma elite intelectual descolada das necessidades reais do povo verdadeiro; do cidadão de bem. Esse enquadramento fortalece a província de significado negacionista, pois transforma qualquer tentativa de regulação ambiental em um conflito simbólico entre o povo autêntico e as elites ambientalistas, dificultando a construção de consensos políticos e institucionais em torno da justiça climática.

Dessa maneira, a manutenção da estrutura discursiva atende a uma lógica econômica e política que relega a crise climática à condição de um falso problema, supostamente criado para cercear o crescimento econômico e comprometer a soberania nacional. Sob a égide do neoliberalismo, a ênfase na desregulação estatal e na primazia do mercado fornece o suporte ideológico para desqualificar tanto as políticas ambientais quanto os direitos indígenas. De forma concomitante, o neoextrativismo, ainda que reconheça a necessidade de inserir o país na economia global, baseia-se na exploração intensiva de recursos naturais e na apropriação de territórios indígenas e áreas protegidas. Para viabilizar essa expansão, a província de significado negacionista reinterpreta a exploração da natureza como um imperativo econômico, ao mesmo tempo em que demoniza direitos territoriais, regulações e fiscalizações ambientais, reforçando a lógica predatória em detrimento da justiça socioambiental.

Portanto, a província de significado defendida pela extrema direita não se forma de maneira aleatória, mas alinha-se diretamente a um arcabouço econômico e político que demanda a manutenção da crise climática como uma não realidade. Dentro dessa lógica, o

neoliberalismo e o neoextrativismo dependem dela para justificar a desregulação ecológica e a apropriação de territórios vulneráveis em nome do crescimento econômico. Dessa forma, o negacionismo climático não se reduz a um recurso retórico ou a um fenômeno político e social pontual, mas constitui-se um dispositivo estratégico essencial para a reprodução de desigualdades sociais e do racismo ambiental, ao passo em que neutraliza formas de resistência e inviabiliza políticas comprometidas com a justiça climática.

Ademais, a disseminação dessas narrativas não ocorre de modo independente. Observa-se um alinhamento entre elites políticas, setores empresariais e mídias alternativas, que reforçam e justificam o negacionismo climático, conferindo-lhe status de senso comum dentro de determinados grupos sociais. Por meio de redes de validação intersubjetivas, essa província de significado impede que a crise climática seja reconhecida como realidade objetiva, dificultando o debate e a formulação de políticas públicas eficazes de transição energética, aprofundando desigualdades sociais e o racismo ambiental.

Tendo isso em vista, compreender as inter-relações entre negacionismo, neoliberalismo e neoextrativismo revela-se igualmente importante para analisar os obstáculos à implementação da justiça climática no Brasil. Isto porque a denominada província finita de significado da extrema direita não configura-se meramente como um fenômeno discursivo ou cultural, mas como um instrumento político-econômico que sustenta a manutenção de hierarquias históricas e fomenta práticas predatórias. Diante disso, a disputa por narrativas torna-se central na medida em que romper com essa esfera de significação ou “bolha informacional”² implica não apenas contestar o negacionismo, mas também questionar os alicerces dos sentidos que perpetuam a exploração, a degradação ambiental, a violência e a exclusão social em nosso país. Nesse mesmo movimento, é importante observar e reconhecer que comunidades indígenas, quilombolas e periféricas têm produzido repertórios de resistência — como monitoramento territorial comunitário, ações judiciais, educação ambiental de base e alianças com organizações como Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ISA - Instituto Socioambiental (APIB) e redes locais, constituindo contra públicos que desafiam a província negacionista e afirmam a justiça climática com projeto coletivo.

² A bolha informacional é aqui referida enquanto fenômeno em que os algoritmos das plataformas digitais personalizam o conteúdo exibido a cada usuário, restringindo a exposição a informações que reforçam suas crenças pré-existentes. Isso resulta em um ambiente onde há pouca diversidade de perspectivas, limitando o acesso a opiniões e dados divergentes e, por consequência, moldando a visão de mundo do indivíduo de forma restrita.

Justiça climática e racismo ambiental: desigualdades socioambientais e o confronto discursivo

Por que algumas comunidades são transformadas em depósitos de lixo enquanto outras escapam? Por que as regulamentações ambientais são vigorosamente aplicadas em algumas comunidades e não em outras? Porque alguns trabalhadores são protegidos das ameaças ao ambiente e à saúde enquanto a outros (como migrantes trabalhadores rurais) permite-se que sejam envenenados? (Bullard, 2004, p. 42).

Em um mundo cada vez mais interconectado e consciente das complexidades socioambientais, os debates sobre justiça climática e racismo ambiental emergem com uma urgência inédita. Tais conceitos ampliam a compreensão da crise climática trazendo à luz o modo como as desigualdades estruturais definem quais grupos populacionais são mais vulneráveis a seus impactos. Mais do que uma questão estritamente ambiental, a justiça climática assume um caráter multidimensional, abrangendo facetas econômicas, culturais, sociais, políticas, éticas e raciais ao realçar a distribuição assimétrica dos riscos ambientais e a responsabilidade histórica dos países e setores mais poluentes em um contexto global.

Como observa Schlosberg (2007), a justiça climática pode ser analisada a partir de três dimensões fundamentais, cada uma delas destacando aspectos interligados às desigualdades. A primeira, justiça distributiva, refere-se à repartição desigual dos impactos ambientais e climáticos entre diferentes grupos sociais. Por exemplo, no Brasil, a contaminação, enchentes, secas e deslizamentos de terras afetam de maneira desproporcional populações negras, indígenas e periféricas — estas comunidades frequentemente habitam áreas de maior vulnerabilidade devido aos processos históricos de exclusão social. Essa assimetria na exposição aos riscos ambientais evidencia a relação entre degradação ambiental e desigualdades estruturais. A segunda dimensão, justiça procedimental, diz respeito ao grau de participação dos diferentes grupos sociais nos processos de tomada de decisão sobre políticas ambientais e climáticas. No contexto brasileiro, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais enfrentam barreiras políticas e institucionais que limitam seu acesso aos espaços decisórios, resultando em políticas públicas que, muitas vezes, desconsideram suas demandas e conhecimentos. A terceira, justiça reconhecedora, enfatiza a importância do reconhecimento das identidades culturais, sociais e políticas para a concretização de uma sociedade verdadeiramente justa e plural. Nesse sentido, o desmonte de políticas ambientais e indigenistas no recente contexto brasileiro, associado à negação de seus direitos territoriais e culturais, intensifica as desigualdades socioambientais e reforça processos de invisibilização histórica.

Essas três dimensões demonstram que a crise ambiental não pode ser dissociada das dinâmicas de poder.

Por sua vez, o conceito de racismo ambiental — cunhado originalmente para descrever a forma desigual como riscos e passivos ambientais são distribuídos entre diferentes grupos raciais nos Estados Unidos (Bullard, 1990) — vem sendo retomado no debate contemporâneo para evidenciar a responsabilidade de governos e empresas que, movidos por interesses econômicos e políticos, negligenciam as demandas de populações vulnerabilizadas. No caso do populismo de extrema direita, as estratégias de legitimação do racismo ambiental incluem a retórica anti-imigração e nacionalista, que marginaliza grupos imigrantes e racializados relegados a áreas ambientalmente degradadas (O’Connell, 2020). Ademais, o conservadorismo cultural e o protecionismo econômico reforçam a ideia de que a soberania nacional deve prevalecer sobre qualquer agenda ambiental ou social, fazendo com que políticas de regulação ambiental sejam retratadas como entraves ao crescimento econômico.

Dessa forma, o racismo ambiental constitui um conceito chave para compreender como fatores raciais, sociais e territoriais modelam a vulnerabilidade climática. De fato, a interseção entre discriminação racial e desigualdade ambiental faz com que comunidades negras, indígenas e periféricas fiquem expostas — de maneira assimétrica — às condições precárias de moradia, infraestruturas deficientes e maior risco perante os desastres ambientais e eventos climáticos extremos. Essas populações concentradas em áreas próximas às instalações industriais poluentes, lixões, margens de rios ou encostas instáveis, figuram entre as mais afetadas por políticas negligentes e pela ausência de medidas eficazes de mitigação e adaptação climática. No Brasil, o racismo ambiental se manifesta de diversas formas. Entre elas, destacam-se a grilagem ilegal e a invasão de terras indígenas e quilombolas para a expansão do agronegócio, exposição à poluição urbana, deslizamentos e enchentes nas comunidades negras e periféricas. Assim, as mudanças climáticas agravam desigualdades existentes, perpetuando formas históricas de dominação racial e territorial. Nesse cenário, múltiplas formas de resistência — como protocolos de consulta comunitária, sistemas próprios de vigilância territorial, comunicação popular e litigância estratégica — têm sido mobilizadas para coletivos locais, fortalecendo capacidades de adaptação e incidência pública.

De tal sorte que as mudanças climáticas não podem ser compreendidas apenas como um problema ecológico, mas como uma questão de justiça social e racial, na medida em que suas consequências ampliam desigualdades preexistentes e repetem mecanismos de dominação. No contexto do racismo ambiental, os impactos desproporcionais são percebidos como eventos

isolados e não como um sistema de desigualdade estrutural. A degradação de territórios indígenas e quilombolas é normalizada e até justificada como progresso econômico. As populações racializadas são retratadas como agentes passivos ou culpabilizadas pela sua própria vulnerabilidade. A partir dessa perspectiva, a crise climática deixa de ser vista como um problema político e racializado, sendo interpretada apenas como um fenômeno natural ou técnico. Esse mecanismo de invisibilização garante que as populações mais afetadas tenham menos espaço de fala e representação política, reforçando a injustiça climática.

Schutz (2019) também nos permite entender como as narrativas políticas da extrema direita moldam o estoque de conhecimento compartilhado para justificar a desigualdade climática e racial. A extrema direita cria sua própria província finita de significado, na qual a crise climática é negada ou minimizada, impedindo políticas que favoreçam populações vulneráveis, o desmatamento e a exploração de terras indígenas, por exemplo, são apresentados como necessários para o crescimento econômico; as políticas ambientais são enquadradas como ideologias estrangeiras que ameaçam a soberania nacional. Esse processo legitima o racismo ambiental ao deslocar o foco da responsabilidade para a necessidade de crescimento econômico, desconsiderando os grupos mais afetados e impedindo que mudanças estruturais sejam efetivamente implementadas.

A recusa da ciência climática e a deslegitimação das políticas ambientais, por sua vez, reforçam uma lógica de negação que impede o desenvolvimento de instrumentos legais e institucionais capazes de proteger as populações mais afetadas pela crise climática. Nesse contexto, lideranças políticas vinculadas à extrema direita promovem discursos que consideram questões como aquecimento global e desmatamento exageros como conspirações destinadas a restringir a soberania do país, sustentando uma província finita de significado que reinterpreta as ameaças ambientais de acordo com seus próprios interesses. Essa prática legitima a apropriação de territórios vulneráveis, o desmantelamento de regulações ambientais e a criminalização de lideranças e movimentos ambientalistas que buscam proteger seus territórios (Santos, 2010).

A propagação do racismo ambiental torna-se, assim, intrinsecamente ligada à manutenção do poder político e econômico de setores beneficiados por práticas exploratórias. Esse processo é possibilitado por redes de validação intersubjetivas (Schutz, 2018), nas quais discursos negacionistas são amplificados por meio de mídias alternativas e redes sociais, que criam bolhas informacionais e minam o consenso científico sobre a crise climática. Desse modo, ideias contrárias à proteção ambiental e aos direitos territoriais consolidam-se como

senso comum em determinados grupos sociais, dificultando o reconhecimento da crise climática como realidade objetiva e, em consequência, inviabilizando ações efetivas de mitigação e adaptação. Ao mesmo tempo, práticas de resistência — como a produção de dados por ciência cidadã, a educação climática de base e o manejo territorial tradicional — operam como choques de realidade que reorientam relevâncias e abrem brechas para a reconstrução de sentido (Schutz, 2019).

Ao situar o debate no contexto brasileiro, é decisivo dialogar com a tradição de justiça ambiental formulada por autores locais. Em especial, Henri Acselrad tem mostrado como os conflitos ambientais expressam mecanismos de distribuição desigual de riscos e danos associados a hierarquias sociais e raciais, oferecendo uma chave analítica para compreender a produção institucional da vulnerabilidade no território (Acselrad, 2010). De modo convergente, Selene Herculano destaca que o racismo ambiental no Brasil emerge quando grupos racializados e empobrecidos suportam desproporcionalmente os passivos de atividades poluentes, de grandes obras e da ausência de serviços públicos, o que amplia a pertinência de políticas de reconhecimento e participação (Herculano, 2004). Esse diálogo com Acselrad (2010) e Herculano (2004) reforça o argumento do artigo: a negação climática não opera apenas como retórica, mas como dispositivo que normaliza a desigualdade ambiental e bloqueia a justiça climática.

Considerações finais

O presente artigo explicita que as narrativas articuladas pela extrema direita brasileira, alicerçadas em uma província finita de significado, desempenham um papel importante para deslegitimar a realidade das mudanças climáticas, acentuando a desigualdade de seus efeitos. Ao recorrer ao arcabouço teórico de Alfred Schutz para a análise dessa realidade social, foi possível compreender como os discursos são construídos, compartilhados e validados por meio de processos intersubjetivos que, em última instância, reforçam a reprodução de estruturas de poder e a ampliação das desigualdades sociais, incluindo o racismo ambiental.

Por sua vez, a interconexão entre as lógicas neoliberais, neoextrativistas e as retóricas climáticas negacionistas vai além de um debate meramente conceitual ou discursivo, manifestando-se em práticas políticas concretas que ratificam e potencializam interesses econômicos específicos. A desregulação das políticas ambientais, a fragilização dos mecanismos de proteção dos ecossistemas e a desvalorização das populações mais vulneráveis

criam um quadro de retrocessos e aprofundam disparidades sociais que caracterizam historicamente o país.

Assim, a análise proposta ressalta a necessidade de uma abordagem multidimensional que ultrapasse os limites do debate técnico-científico, integrando as dimensões ética, política, econômica e racial na compreensão da crise ecológica. Essa perspectiva ampliada revela-se fundamental para identificar os mecanismos que legitimam tanto a desinformação quanto a invisibilização das comunidades marginalizadas — fatores que comprometem a construção de uma governança climática verdadeiramente efetiva e equitativa.

No cerne desta análise, a reconfiguração dos discursos negacionistas, aliada ao fortalecimento da participação dos atores sociais e comunitários, é um passo fundamental para a construção de uma justiça climática que transcenda a simples identificação das desigualdades, mas que se empenhem na superação das raízes estruturais das disparidades. Nesse sentido, recomenda-se, de forma concreta e articulada, com o diagnóstico apresentado: (i) fortalecer arenas públicas de deliberação com participação qualificada de comunidades indígenas, quilombolas e periféricas (justiça procedimental); (ii) institucionalizar mecanismos de consulta e consentimento livre, prévio e informado em políticas climáticas e infraestruturais; (iii) ampliar transparência, dados abertos e monitoramento comunitário de emissões, desmatamento e passivos ambientais; (iv) recompor capacidades estatais de fiscalização e licenciamento com governança multinível; (v) valorizar saberes tradicionais e educação climática de base como antídotos à desinformação; e (vi) garantir proteção a defensores ambientais e apoio a litigância estratégica.

Essas medidas materializam os choques de realidade (Schutz, 2019) em processos de rearticulação política, capazes de disputar o estoque de conhecimento e instaurar uma província alternativa de sentido orientada pela justiça climática, pela centralidade dos direitos territoriais e pela proteção dos bens comuns. Essa metamorfose é essencial para a implementação robusta de políticas públicas que priorizem a sustentabilidade, a equidade e a proteção do meio ambiente, englobando a defesa dos direitos e dos conhecimentos indígenas, traçando assim, uma trajetória sólida para o enfrentamento eficaz dos desafios impostos por um cenário caracterizado por retrocessos significativos sem precedentes.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

BRASIL: 1.000 dias de destruição. **Observatório do Clima**, 2021. Disponível em: <https://oc.eco.br/brasil-1-000-dias-de-destruicao/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2020.

BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie**: race, class, and environmental quality. Oxford: Westview Press, 1990.

BULLARD, Robert D. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 40-68.

CÊPEDA, Vera. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Maria de Souza; LEOPOLDI, Maria Antonieta Leopoldi. (org.). **Desmonte e reconfigurações de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: IPEA; INCT-PPED, 2023.

MENEZES, Roberto Goulart; BARBOSA JUNIOR, Ricardo. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, [s. l.], v. 15, p. 229-247, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12286-021-00491-8>. Acesso em: 15 jul. 2023.

O'CONNELL, Paul. Migration and the environment: rethinking borders in the era of climate change. **Journal of International Migration and Integration**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 945-961, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHLOSBERG, David. **Defining environmental justice**: theories, movements, and nature. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SCHUTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**: uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SCHUTZ, Alfred. Sobre múltiplas realidades. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 18, n. 52, p. 13-47, 2019.

ZHOURI, Andréa. O ambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. *In*: ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *et al.* (org.). **Infraestrutura para produção de commodities e povos etnicamente diferenciados**: efeitos e danos da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” em territórios sociais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 105-145.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Revista Cadernos de Campo da UNESP.
 - ☐ **Financiamento:** Este estudo foi financiado em parte pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001. Os autores também gostariam de agradecer ao CNPq, no âmbito do projeto de pesquisa “Abrigos Climáticos no Litoral de São Paulo”. Este estudo foi financiado, em parte, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (CNPq), Brasil. Processo número 2023/09825-4.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Os autores declaram não haver conflito de interesses.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não se aplica.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados que dão suporte às conclusões deste artigo serão disponibilizados pelos autores mediante solicitação.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Todos os autores conceituaram o estudo. Marcos Tavares de Arruda Filho realizou as buscas nos bancos de dados e o levantamento bibliográfico para o estudo. Todos os autores redigiram e aprovaram o manuscrito final.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

